

UMA ANÁLISE SOBRE MATERIALISMO ELIMINATIVO A PARTIR DO PENSAMENTO DE NAGEL¹

José Aparecido Pereira²

RESUMO: Fazer uma abordagem sobre a análise de Nagel sobre o materialismo eliminativo no âmbito da filosofia da mente e, com base nisso, refletir sobre a relação entre ciência e filosofia constituem o objetivo fundamental desse artigo. A nossa abordagem encontra-se organizada a partir de dois momentos. Em primeiro lugar, pretendemos discorrer sobre o materialismo eliminativo, visto que essa corrente de pensamento, no contexto da filosofia da mente, condensa e circunscreve de modo mais explícito as discussões acerca dos problemas da relação mente e cérebro, sob o viés de uma ótica científicista. Em segundo lugar, tendo em vista os pressupostos teóricos do pensamento de Nagel, o nosso propósito consiste em apontar possíveis problemas, lacunas e limites subjacentes às teses defendidas pelos adeptos do eliminativismo. Ainda, a título de conclusão, pretendemos evidenciar quais as principais implicações para a filosofia, uma vez que esse reducionismo científicista tende a conceder à ciência ou à explicação científica a última palavra.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Ciência. Mente. Cérebro. Materialismo.

1. INTRODUÇÃO

Promover uma reflexão filosófica sobre a pretensão de se delimitar a discussão em torno do problema da natureza da mente, a partir de sua relação com o cérebro, ou seja, circunscrita tão somente ao âmbito do arcabouço teórico da ciência, constitui o objetivo fundamental deste texto. Entretanto, do ponto da filosofia da mente, caberia perguntar: o que significa uma investigação orientada exclusivamente pelas categorias da ciência ou das ciências cognitivas? Seria uma postura antifilosófica ou científicista, visto que, subjacente a tal posição teórica, oculta-se a pretensão de se conceder às ciências cognitivas, sobretudo à neurociência, a última palavra no que diz respeito aos problemas relativos à natureza da mente. Nesse sentido, a postura mais comum é a de não

¹ <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000300004>

² Doutor em filosofia e professor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações da UNICESUMAR. E-mail: pzez@bol.com.br

conceder à filosofia um papel relevante nesse debate, visto que, para muitos estudiosos, encontramos na idade da ciência, e a filosofia, dado seu caráter metafísico e especulativo, já teria sido superada. Ora, partimos do pressuposto de que as discussões contemporâneas acerca dos problemas advindos da relação mente e cérebro implica uma intensa interlocução entre filosofia e ciência. Isto é, a redução ou transmutação científica do discurso filosófico sobre a mente é, por si só, uma atitude ideológica e problemática. Nesse sentido, entendemos que a filosofia não pode manter uma relação de servilidade e subserviência para com a ciência, pois uma de suas tarefas consiste em investigar e questionar os fundamentos do conhecimento científico, bem como os critérios que dão validade e justificação às suas verdades e procedimentos.

2. O MATERIALISMO COMO EXPRESSÃO DE UMA VISÃO CIENTIFICAMENTE ORIENTADA NOS ESTUDOS DA RELAÇÃO MENTE E CÉREBRO

No período contemporâneo, as discussões em torno do problema mente e cérebro convergiram para uma tendência materialista, sobretudo por causa do aparecimento das ciências cognitivas e do avanço e novas descobertas científicas na área das ciências do cérebro, principalmente da neurociência. O fato é que os debates oportunistizados nesses domínios farão emergir um grupo de teóricos extremamente simpatizantes e entusiastas com o desempenho dessas ciências, a ponto de, muito facilmente, direcionarem as suas abordagens para uma visão materialista com respeito ao problema mente-cérebro, alinhando os seus argumentos e posições às pretensões e ambições da neurociência. Nesse sentido, podemos sustentar que o materialismo se configura como a grande sensação da filosofia da mente, especialmente a partir dos séculos XX e XXI. O pressuposto fundamental que orienta essa visão se encontra vinculado à suposição de que todos os fenômenos psíquicos e mentais não passariam de reações e manifestações de estados químicos e físicos do nosso cérebro. Portanto, é por esse âmbito que pretendemos explicitar um tipo de materialismo, quando se trata de investigar a relação entre mente e cérebro no período contemporâneo: o materialismo eliminativo. Além de demonstrar quais são os argumentos que lhes dão sustentação teórica, pretendemos, também, apontar os possíveis problemas quanto a essa maneira de conceber o problema mente e cérebro e quais são implicações para a filosofia. Vejamos, a seguir, os pressupostos teóricos que fundamentam essa concepção.

2.1. O MATERIALISMO ELIMINATIVISTA

Inicialmente, podemos afirmar que o que sustenta as pretensões dessa corrente de pensamento é a sua convicção sobre a possibilidade de eliminação da nossa linguagem cotidiana (chamada de psicologia popular = *folk psychology*) utilizada para descrever fenômenos mentais subjetivos. O que se propõe, então, é a substituição desse tipo de linguagem por outro tipo mais alinhado com uma visão científica. Dessa maneira, tal projeto somente seria levado a cabo graças aos avanços ocorridos no âmbito da neurociência. Assim, os adeptos dessa corrente entendem que o nosso vocabulário psicológico cotidiano, empregado para expressar fenômenos mentais, tais como intenção, crença e desejo, configura-se de forma incompatível com o tipo de discurso advindo do contexto da ciência.³ Dessa forma, os propositores da corrente eliminativista são unânimes em afirmar que o fim dos termos usados pela psicologia popular, tais como crença, esperança, desejo, sensação, medo, e assim por diante, é permanecer continuamente do mesmo jeito, por causa do seu processo de estagnação, além da sua incompetência em dar conta dos fenômenos relativos à consciência: doenças mentais, aprendizagem, intencionalidade, pensamento etc. A expectativa é que, quando a neurociência atingir o patamar de desenvolvimento esperado, as nossas noções e concepções acerca do mundo mental, circunscritas à psicologia popular,⁴ serão consideradas extremamente inadequadas, impróprias e obsoletas. Portanto, com os avanços e progressos no campo da neurociência ou da neurofisiologia, “[...] seremos então capazes

³ “Talvez a melhor maneira de compreendermos a proposta eliminativista seria ressaltar a diferença entre redução e eliminação. Tradicionalmente, quando utilizamos o termo ‘redução’ na literatura científica e filosófica, estamos caracterizando, sobretudo uma relação entre teorias, onde uma velha teoria T1 é reduzida logicamente a uma nova teoria T2 e os eventos antes explicados por T1 passam a ser explicados por T2. Assim, temos um caso exemplar na história da física, em que a temperatura, antes explicada pelas leis da termodinâmica clássica, passou a ser entendida em termos de energia cinética molecular, o que garantiu a redução da termodinâmica clássica à mecânica estatística. Os objetivos últimos do ideal reducionista são a unificação explicativas e a simplificação ontológica, embora essa última nem sempre seja pretendida. Entretanto, no caso dos fenômenos mentais, encontramos frequentemente a tentativa de efetuar essa redução ontológica, na afirmação de que eles são idênticos a eventos cerebrais. Daí a busca de correlatos neurais para todo estado mental e a esperança de que no futuro a neurociência nos proporcionará uma taxonomia que garanta uma correspondência estrita com a taxonomia de nosso senso comum, para que a redução seja bem-sucedida” (TEIXEIRA, 2000, p. 115).

⁴ Vejamos a seguinte observação: “[...] para o materialismo eliminativo, a psicologia é apenas algo provisório, que tenderá a desaparecer à medida que a neurociência avançar. O que significa dizer que a psicologia desaparecerá? Significa dizer que os sonhos, por exemplo, deixarão de ser interpretados como a tentativa de realização de um desejo e passarão a ser vistos como um fenômeno puramente bioquímico. O mesmo ocorrerá com outras entidades teóricas utilizadas pela psicologia, como é o caso do desejo, da intenção, do apego, da assertividade e assim por diante. Encontraremos, no futuro, os correlatos neurais de todas elas. A própria noção de mente, no futuro, será eliminada” (TEIXEIRA, 2008, p. 29).

de desenvolver um modelo conceitual compatível com o conhecimento neurocientífico que nos permita explicar verdadeiramente nossas atividades mentais”.⁵

Os dois teóricos mais destacados dessa corrente de pensamento são Paul e Patrícia Churchland, que conjuntamente publicaram diversos escritos defendendo esse tipo de posicionamento. Dentre eles se destaca, sobretudo, *Materialismo eliminativo e atitudes proposicionais*, no qual discutem as teses fundamentais da sua proposta teórica.⁶ Assim como os defensores da teoria da identidade, os que fazem adesão ao materialismo eliminativista recorrem aos progressos da neurociência, com o intuito de romper com os problemas dualísticos e com a concepção extremamente tradicional de que somos portadores de uma alma não física. Contudo, enquanto os teóricos da identidade persistem ainda em discorrer sobre os fenômenos da consciência, circunscrevendo-os ou reduzindo-os a estados cerebrais, os defensores eliminativistas sustentam que o debate em torno da consciência não passa de algo ultrapassado e inadequado para a compreensão do comportamento humano. Por isso, eles sugerem a necessidade de substituí-lo por uma nova compreensão conduzida somente pelo arcabouço teórico da neurociência. Nesse sentido, “[...] a proposta de uma reforma da linguagem da psicologia adequando-a ao avanço das teorias neurobiológicas seria uma consequência natural da eliminação progressiva do vocabulário mentalista da folk psychology”.⁷

Segundo Churchland, o que é mais recorrente à psicologia popular é fazer uso da noção de intencionalidade para explicar as ações humanas. Termos como pensamento, sentimento, desejo, esperança, e assim por diante, são frequentemente utilizados nesse âmbito. Por conseguinte, eles devem ser considerados como conceitos intencionais, uma vez que são direcionados para certo objeto que podem ou não ter existência: um sentimento é sempre um sentimento de alguma coisa; um desejo ou pensamento é sempre um desejo ou pensamento de alguma coisa. Em contrapartida, os conceitos adotados no domínio da neurociência e aqueles que dinamizam a maior parte das ciências físicas não devem ser compreendidos desse modo. Em outras

⁵ Cf. TEIXEIRA, 2000, p. 117

⁶ Quanto a essa proposta, eis uma maneira de concebê-la: “[...] o materialismo eliminativista é a tese de que nossas concepções de senso comum sobre os fenômenos psicológicos constituem uma teoria radicalmente falsa, uma teoria tão fundamentalmente defeituosa que ambos os princípios e a ontologia desta teoria eventualmente se deslocarão, ao invés de serem reduzidos suavemente pela neurociência consumada” (cf. CHURCHLAND, 2004, p. 382).

⁷ Cf. TEIXEIRA, 2000, p. 116.

palavras, não podem ser intencionais, no sentido acima descrito. Logo, para os eliminativistas, um grupo específico de células cerebrais é inteiramente distinto de outro, devido aos seus caracteres internos, tais como localização no cérebro e forma de atividade elétrica. É por conta disso que eles defendem que jamais a psicologia popular poderá ser reduzida à neurociência, pois o seu arcabouço teórico não poderá ser deslocado para o domínio dos conceitos da neurociência sem que haja a perda de sentido e significado.⁸

Dessa forma, temos, portanto, diversas razões para não darmos crédito à psicologia popular, desconfiando das suas pretensões explicativas: a) existem inúmeros fenômenos de que ela não consegue dar conta, isto é, comete erros em sua explicação; b) é inerte e improdutiva, ou seja, se comparada com as teorias científicas, a sua capacidade de explicação não progride regularmente e, c) contrariamente à neurociência, ela não consegue se adaptar aos padrões teóricos característicos da física. Por sua vez, a neurociência tem a capacidade de recorrer ao âmbito conceitual das outras ciências físicas, sendo coerente com o propósito de fornecer uma justificação científica não somente para o mundo físico, mas também para a realidade humana: “[...] ela explica o comportamento humano em termos de processos eletroquímicos no cérebro, o que conecta o comportamento humano à teoria geral da eletricidade e, em última instância, à física fundamental e aos princípios químicos”.⁹

Assim, os defensores do materialismo eliminativista entendem que, do ponto de vista estrutural, a psicologia popular encontra-se comprometida com uma noção extremamente errônea e equivocada com respeito aos fatores que fundamentam as ações e o comportamento humano. Nesse sentido, “[...] quando examinamos as muitas e desconcertantes deficiências comportamentais e cognitivas de que sofrem as pessoas com danos cerebrais, nossos recursos explicativos e descritivos começam a tatear no vazio”.¹⁰ Isso significa que essa visão não consistiria somente em uma interpretação incompleta da nossa dimensão interior, mas uma tentativa inadequada de compreender os nossos estados internos. Assim, o principal problema da psicologia popular estaria

⁸ Em relação a isso, observemos a seguinte afirmação: “[...] no entanto, quando uma teoria não pode ser reduzida a uma outra, precisamos considerar qual é a melhor dentro de um ponto de vista científico. Nesse sentido, Churchland acredita que a resposta é óbvia: a PF (psicologia popular) é bastante inferior e deveria, portanto, ser abandonada do mesmo modo que a alquimia o foi, em favor da química moderna, ou ainda, como foi deixada de lado a visão na qual a terra era o centro de tudo, em favor do ponto de vista de que era apenas um planeta circulando ao redor do sol” (MATTHEWS, 2005, p. 50-51).

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Cf. CHURCHLAND, 2004, p. 83-84.

na sua incapacidade de descrever com consistência e precisão o mundo da subjetividade. Tendo em vista essa fragilidade e pobreza teórica, não seria muito aconselhável esperar que a interpretação adequada dos nossos estados internos promovida pela neurociência, através de categorias estritamente científicas, pudesse ser colocada no mesmo nível do arcabouço teórico advindo da psicologia popular. Em consequência, os eliminativistas sustentam que esse arcabouço seja efetivamente eliminado por uma neurociência mais evoluída. Por conta disso, eles acreditam que se isso ocorresse não teríamos como negar os benefícios instanciados a partir de tal projeto.¹¹

Na verdade, o aspecto mais distintivo subjacente a essa corrente de pensamento encontra-se relacionado à sua pretensão de demonstrar que, quando fazemos alusão a estados mentais, estamos, de fato, fazendo referência a fenômenos cerebrais, como defendiam os adeptos da teoria da identidade. Entretanto, devemos descartar completamente a linguagem mentalista, ao oferecer informações sobre os nossos estados internos, pois não somente não existem fenômenos mentais como uma dimensão acima da dimensão física, mas a recorrência a termos mentais e o vocabulário através do qual expressamos nossos sentimentos e pensamentos devem ser eliminados dos nossos hábitos.¹² Portanto, quanto aos objetivos científicos, os defensores do materialismo eliminativista sustentam que, muito mais do que afirmar que sentimentos, pensamentos e sensações são estados idênticos aos processos cerebrais, deve-se banir tais termos e somente aludir a estados e processos no cérebro. Nesse sentido, eles estão a dizer que não existem entidades como pensamentos, sentimentos, sensações, e assim por diante. O que há, por conseguinte, são

¹¹ Em relação a isso, vejamos a seguinte passagem: “[...] não devemos minimizar a dimensão da revolução conceitual aqui indicada: ela seria enorme. Se cada um de nós tivesse uma compreensão neurocientífica precisa (que agora concebemos nebulosamente como) variedades e causas das doenças mentais, os fatores envolvidos no aprendizado, na base neural das emoções, na inteligência e na socialização, então a soma total da miséria humana poderia ser reduzida em muito. O simples aumento da compreensão mútua que esse novo arcabouço tornaria possível poderia contribuir em muito para uma sociedade mais pacífica e humana. Naturalmente, haveria perigos também: conhecimento maior significa poder maior, e o poder sempre pode ser mal-utilizado” (idem, p. 82).

¹² Observemos a seguinte passagem: “[...] uma vez falamos de gnomos, bruxas, planeta Vulcano, fluido calorífico, éter, o misterioso ‘pó da simpatia’, que supostamente propiciava a longevidade, e o flogismo. Agora, esses termos não figuram mais seriamente em nosso vocabulário, porque nos demos conta de que eles não referem a alguma coisa. Nenhum dos itens nomeados por essas palavras existe, ou jamais existiu. É pura mitologia, o resultado de confuso pensamento pré-científico e pré-filosófico. O mesmo destino aguarda os estados mentais. Não há estados mentais, somente processos cerebrais. Uma vez imaginamos a existência de coisas tais como estados mentais, inclusive consciência, mas estávamos iludidos. Realmente, só que havia eram processos cerebrais, afinal de contas” (cf. MASLIN, 2009, p. 101).

neurotransmissores, correntes elétricas, neurônios e outras entidades físicas e materiais.

Após apresentarmos os argumentos fundamentais em torno do materialismo eliminativista, a nossa pretensão, no próximo tópico, consiste em explicitar as principais lacunas e problemas subjacentes a essa maneira de se posicionar frente ao problema mente e cérebro.

3. A POSIÇÃO DE NAGEL EM RELAÇÃO ÀS TESES MATERIALISTAS

As objeções mais agudas e sistemáticas em relação aos argumentos defendidos pelos seguidores do materialismo eliminativo são apontadas por um grupo de teóricos adeptos à tendência dualista, principalmente ao dualismo de propriedades, concebido por muitos como a forma mais destacada, no período contemporâneo, quando se trata de discutir as questões concernentes ao problema mente e cérebro. Portanto, o nosso propósito consiste em discutir as lacunas e limites do materialismo eliminativo, tendo como pressuposto teórico as concepções sustentadas pelos adeptos desse movimento.

Dentre os inúmeros pensadores pertencentes ao dualismo de propriedades, Thomas Nagel pode ser considerado um dos mais proeminentes defensores dessa corrente de pensamento no século XX. Isso significa que, para esse pensador, os fenômenos mentais devem ser vistos como uma propriedade especial de algumas porções da matéria da qual é composto o universo. Desse modo, os adeptos dessa corrente argumentam que tal propriedade não pode ser explicitada em termos físicos, pois eles acreditam que o próprio cérebro possui a capacidade de produzir os estados mentais ou estados subjetivos. Assim, eles não compactuam com a tese segundo a qual existiria a possibilidade de esses estados serem totalmente mapeados ou reduzidos a estados cerebrais. Dessa maneira, a questão gira em torno da suposição de que existe somente uma substância, isto é, o cérebro, sendo esse capaz de instanciar propriedades físicas e, além disso, propriedades mentais e subjetivas. Por conseguinte, é no âmbito dessas discussões que se encontram as críticas de Nagel ao materialismo.¹³

¹³ Quanto a isso, o pensador afirma o seguinte: “[...] é inútil fundamentar a defesa do materialismo numa qualquer análise dos fenômenos mentais que não inclua explicitamente o seu caráter subjetivo. Pois não há qualquer razão para supor que uma redução que pareça plausível sem uma tentativa de explicação da consciência possa vir a alargar-se de forma a incluir a consciência. Assim sendo, sem uma ideia do que é o caráter subjetivo da experiência, não podemos saber o que exigir de uma teoria fiscalista” (NAGEL, 2005, p. 247-248).

Vejamos, pois, como o pensador se posiciona ante essa maneira de abordar as discussões sobre o problema mente e cérebro.

Convém salientar que o *Fiscalismo* e o *Como é ser como um morcego?* são os textos que fundamentam teoricamente a sua posição em relação às pretensões materialistas para a explicação da relação entre fenômenos mentais e fenômenos cerebrais. O ponto de partida para as suas discussões encontra-se relacionado ao problema da consciência. A propósito dessa temática, Nagel manifesta a seguinte posição: “[...] a consciência é o que torna o problema mente-corpo realmente intratável. Talvez seja por isso que as discussões atuais do problema dão a ela pouca atenção, ou a abordam de modo obviamente errado”.¹⁴ Assim, os elementos constitutivos que orientam a sua crítica ao materialismo encontram-se ligados à sua convicção de que existem alguns estados mentais que, por sua natureza, não permitem uma descrição nos moldes de uma linguagem fiscalista ou materialista, como pretendiam os seguidores do materialismo eliminativista. Essa posição se apoia no fato de que, para ele, esse tipo de linguagem possui um caráter marcadamente intersubjetivo. Aliás, no seu entender, nem mesmo a nossa linguagem cotidiana seria capaz de explicitar esses estados. Desse modo, Nagel supõe a existência de uma dimensão no domínio da subjetividade que seria irredutível à linguagem fiscalista da ciência. Isso significa dizer que a neurociência não conseguiria, mesmo fazendo um mapeamento detalhado dos fenômenos cerebrais, descrever ou perscrutar os fenômenos mentais ou subjetivos, pois, além de serem irredutíveis, eles também são únicos e privados. Isso significa que eles são somente acessíveis na perspectiva da primeira pessoa. Dessa forma, o seu argumento se encaminha para a afirmação de que é próprio dos seres humanos possuírem experiências conscientes, as quais, embora sabendo que as possuem, não encontram um suporte linguístico suficientemente capaz de transmiti-las da maneira como elas ocorrem introspectivamente. Por conta disso, Nagel afirma a situação de precariedade da linguagem, no sentido de que ela é incapaz de transpor as experiências subjetivas da ótica da primeira para a terceira pessoa. Logo, as experiências introspectivas são intransponíveis.¹⁵

¹⁴ NAGEL, 2005, p. 245.

¹⁵ Quanto a isso, é possível observar: “[...] desse caráter paradoxal da experiência consciente, Nagel deriva ainda um outro aspecto: sua intransponibilidade enquanto experiência subjetiva. Como não posso dizer o que é ser consciente ou ter experiências conscientes, não posso projetar para outros seres o que é ter experiências conscientes iguais às minhas. Não posso, tampouco, saber exatamente o que é, para outras criaturas, vivenciar suas experiências conscientes” (TEIXEIRA, 2000, p. 93).

A fim de explicitar os argumentos constituintes dessa tese, em seu artigo *Como é ser como um morcego?*, Nagel faz um paralelo entre o modo como sensorialmente percebemos o mundo e o modo de um morcego. Ele garante que jamais teremos condições de saber o que é ser como um morcego, dada a impossibilidade de nos transportarmos para a sua perspectiva de mundo. Para que isso ocorresse, seria necessário não apenas que tivéssemos a mesma constituição biológica e fisiológica de um animal dessa espécie, mas, além disso, precisaríamos nos situar numa perspectiva de mundo igual a sua. Isso seria impossível, pois, por mais que adquiríssemos todos os conhecimentos inerentes ao estatuto biológico de um morcego (suas experiências visuais, seu sistema de radar e seu modo de ecolocalização), nunca poderíamos fazer as mesmas experiências, com base nessa estrutura fisiológica. Por conseguinte, a perspectiva de mundo de um ser dessa natureza é totalmente intransponível para seres humanos como nós. Por isso, conclui-se que os fenômenos mentais ou os estados introspectivos, além de serem intransponíveis e subjetivos, também são experiências essencialmente privadas e irreduzíveis a qualquer tipo de linguagem, seja à linguagem fisicalista defendida pelos materialistas, seja à nossa linguagem cotidiana.

A nomenclatura técnica adotada pelo pensador para designar esses elementos subjetivos, intransponíveis e inescrutáveis das experiências subjetivas é conhecida por *qualia*. Com esse termo, ele pretende chamar a atenção para a existência de elementos característicos da subjetividade, os quais, por sua natureza, seriam absolutamente incomunicáveis e inescrutáveis, mesmo entre pessoas que compartilham a mesma linguagem e a mesma visão mundo. Entretanto, podemos afirmar que, ao propor a existência dos *qualia* com essa caracterização, o propósito de Nagel é atacar as pretensões da neurociência. Em relação a esse aspecto, o argumento pode ser delineado do seguinte modo: se os *qualia* designam as nossas experiências entendidas como subjetivas, privadas, intransponíveis e não públicas, a pretensão da neurociência de promover um mapeamento completo dos estados cerebrais, relacionando-os com certos estados mentais, seria impossível, pois “[...] o exame e a descrição de um estado cerebral correlato a uma determinada experiência seria insuficiente para determinar como seus *qualia* estariam sendo vivenciados pelo sujeito”.¹⁶ Portanto, a partir disso, podemos sustentar que a linguagem intersubjetiva instanciada pela neurociência e as demais ciências físicas não seria capaz de explicitar, nos moldes fisicalistas, as experiências conscientes.

¹⁶ TEIXEIRA, 2000, p. 95.

No que concerne à neurociência, principal representante de uma perspectiva materialista acerca das investigações do problema mente e cérebro, a questão a ser suscitada é se ela teria condições efetivas de responder aos problemas fundamentais, no âmbito das discussões da filosofia da mente. Subjacente a essa questão, existem implicações extremamente cruciais para o projeto teórico proposto pelos adeptos do materialismo eliminativista, porque o seu êxito é deficitário, ou seja, depende de uma noção abrangente e completa de todo o nosso sistema nervoso cerebral. Isso significa que a tão esperada eliminação da psicologia popular somente seria possível através de um mapeamento completo entre os fenômenos mentais e fenômenos cerebrais. Se isso não for possível, todos os argumentos levantados pelos teóricos dessa corrente de pensamento perderiam a sua sustentação e plausibilidade, haja vista que muitas noções da psicologia popular ficariam sem um correlato cerebral específico. Portanto, os problemas cruciais relativos aos propósitos eliminativistas encontram-se numa situação de extrema dependência de uma neurociência superpoderosa. Sobre esse assunto, estudos recentes no âmbito da neurofisiologia apontam que o cérebro é um órgão do corpo humano decididamente complexo, o que impõe sérios problemas para o programa eliminativista. Por exemplo, calcula-se que nele se encontram aproximadamente cerca de 10^{13} de neurônios e 10^{15} sinapses, podendo ser constituído de ramificações ainda mais complexas.¹⁷ Nesse sentido, como a neurociência poderia mapear ou reproduzir esse imenso número de neurônios e sinapses e relacioná-lo a estados mentais específicos? Logo, não há como negar que isso constitui um sério problema a ser enfrentado e respondido pelos simpatizantes do materialismo eliminativo, se quiserem ser bem-sucedidos em seu programa.

¹⁷ A propósito, “[...] a complexidade do cérebro humano pode realmente torna-ser um grande obstáculo à realização do mapeamento total. Se o número provável de neurônio (n) for mesmo 10^{13} e entre eles houver combinações binárias (do tipo ‘sim’ ou ‘não’), o número de conexões entre eles subirá para $n(2)$ – o que é um número alarmante. Mas é bem provável que as conexões entre os neurônios não sejam apenas do tipo binário, o que tornaria esse número n ainda mais elevado. [...] Uma saída aparentemente sensata para esse problema seria a utilização de um supercomputador, onde instalaríamos um poderoso software gráfico que ‘desenharia’ os 10^{13} neurônios para, em seguida, traçar os 10^{15} sinapses e representar as $n(2)$ configurações que poderiam ocorrer nesse modelo, caso as conexões sejam apenas binárias. Ora, quantas operações esse computador teria que realizar até que se chegasse a algo parecido com um modelo do cérebro? No mínimo 10^{28} operações – um número que é igual ao número de partículas físicas que se estimam existir no universo. Mesmo um supercomputador extremamente veloz, funcionando a uma veloz próxima à da luz (que é a velocidade-limite do universo) levaria alguns milênios para completar sua tarefa. Em outras palavras, estamos diante de um sério problema de complexidade computacional” (Idem, p. 121).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto, como conclusão deste artigo, pretendemos refletir sobre dois aspectos que consideramos importantes em nossa discussão: a) estabelecer algumas diferenças entre o materialismo eliminativista e o dualismo de propriedades defendido por Nagel; b) refletir sobre uma suposta inconsistência teórica ou contradição lógica com respeito a esse tipo de dualismo quanto ao problema mente e cérebro.

Os eliminativistas, além de serem materialistas no sentido reducionista, pois propõem a redução dos estados mentais a fenômenos cerebrais, dão um enfoque muito acentuado à questão da linguagem. Logo, para explicar o comportamento humano, eles sugerem a substituição de uma linguagem mentalista por um outro tipo de linguagem (fiscalista) que somente a neurociência poderá construir, pois acreditam que há apenas uma substância no mundo, a saber, a matéria (cérebro). Isso significa que a compreensão e a explicação de fenômenos como vontade, sentimento, desejo, pensamento e outros fenômenos mentais não devem estar relacionadas com aquilo que se denominou mente, mas exclusivamente a fenômenos naturais ou neurofisiológicos. Ou seja, os eliminativistas não acreditam na existência da mente e muito menos que ela possa existir independentemente do cérebro. Decorrente disso, para eles, não existe também consciência subjetiva. Por sua vez, os dualistas de propriedades, no caso de Nagel, adotam uma posição largamente diferente dessas visões. Eles sustentam a existência de somente uma substância, isto é, o cérebro. Essa substância seria a condição fundamental para se discutir o problema da consciência e da subjetividade e outros aspectos correlacionados. Todavia, creem na existência de estados mentais que, por sua natureza, não permitem uma explicação a partir dos pressupostos de uma linguagem fiscalista ou materialista, como pretendiam os seguidores do materialismo eliminativista. Nesse sentido, eles acreditam que os fenômenos mentais são irreduzíveis a uma base neurofisiológica. Portanto, enquanto os eliminativistas apostam nos avanços da neurociência para promover uma visão reducionista e uma linguagem fiscalista para o problema mente-cérebro, os dualistas de propriedades se posicionam muito ceticamente no que tange a essas pretensões, porque acreditam na existência da mente e dos fenômenos mentais como algo constitutivo da subjetividade.

Já sabemos que, para o dualismo de propriedades, com o qual Thomas Nagel se encontra associado, os fenômenos mentais são propriedades da matéria e são produzidos por um sistema material entendido por cérebro.

Ora, se isso estiver correto ou tiver plausibilidade, a questão a ser discutida é a seguinte: por que, então, não se poderia reduzir a mente consciente à atividade cerebral? Conforme o *dualismo de propriedades*, há apenas uma substância no mundo, ou seja, a matéria. Ora, como seria possível *sustentar* e justificar que a mente, quer dizer, os fenômenos mentais são irreduzíveis aos fenômenos físicos, sem pressupor a existência de outra substância de natureza imaterial? Em outras palavras, se a mente não é redutível ao cérebro, permanecem os seguintes problemas: *o que é a mente? Qual é a origem do pensamento ou da consciência? Nessa perspectiva, pensamos existir um problema de ordem lógica e teórica nas posições dos dualistas de propriedades, assentada numa gritante contradição.* É essa contradição lógica que torna inconsistentes e problemáticos os argumentos dos defensores dessa teoria, visto que permanece sem explicação física ou científica o problema mente-corpo originado desde a filosofia cartesiana, no contexto da filosofia moderna. Desse modo, ao invés de avançar na questão, tais dualistas introduziram uma explicação ilógica para um problema científico, ou seja, *como o cérebro, que é um sistema físico, pode produzir ou dar origem a algo que não é físico (a mente ou consciência)?* Com o intuito de salvaguardar a mente ou a consciência do ataque materialista, os teóricos do dualismo de propriedades construíram uma teoria que não parece ter sustentação lógica e base científica.

PEREIRA, José Aparecido. An analysis of eliminative materialism based on Nagel's thought. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 38, n. 3, p. 43-56, Set./Dez., 2015.

ABSTRACT: The fundamental aim of this article is to approach Nagel's analysis of eliminative materialism from the point of view of the philosophy of mind, and, based on this discussion, to reflect on the relationship between science and philosophy. Our approach is organized in two stages. First, we intend to discuss eliminative materialism, since this line of thought, in the context of the philosophy of mind, condenses and circumscribes discussions of the problems of the mind-brain relationship from a scientificist perspective. Second, keeping in view the theoretical presuppositions of Nagel's thought, our purpose is to point out possible problems, gaps, and limitations underlying the theses defended by supporters of eliminativism. In conclusion, we highlight the main implications of this discussion for philosophy, given that scientificist reductionism tends to impart the last word to both science and scientific explanation.

KEY WORDS: Philosophy. Science. Mind. Brain. Materialism.

REFERÊNCIAS

- CANDIOTTO, Cesar (Org.). *Mente, cognição, linguagem*. Curitiba: Champagnat, 2008.
- CARNAP, R. Psicologia en lenguaje fisicalista. In: AYER, A. J. (Ed.). *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. p. 171-204.
- CHITOLINA, Claudinei Luiz (Org.). *A natureza da mente*. Maringá, PR: Humanitas Vivens, 2011.
- CHURCHLAND, Paul. Eliminative materialism and the propositional attitudes. In: HEIL, John (Ed.). *Philosophy of mind: a guide and anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 382-400.
- _____. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ECCLES, John C. *Cérebro e consciência: o self e o cérebro*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- MARTINEZ-FREIRE, Pascual F. *La nueva filosofía de la mente*. Barcelona (España): Gedisa, 2002.
- MASLIN, K. T. *Introdução à filosofia da mente*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MOYA, Carlos. *Filosofia de la mente*. Valencia: Universidade de Valencia, 2006.
- NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: ROSENTHAL, D. (Ed.). *The Nature of mind*. New York: Oxford University Press, 1991. p. 422-428.
- _____. Como é ser como um morcego? Tradução de Paulo Abrantes. *Cadernos de História da Filosofia da Ciência*, série 3, Campinas, v. 15, n. 1, p. 245-262, jan.-jun. 2005.
- PLACE, U. T. Is consciousness a brain-process? *British Journal of Philosophy*, p. 44-50, 1956.
- SELLARS, Wilfrid. *Empirismo e filosofia da mente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SMART, J. J. Sensations and brain-process. Reprinted in: ROSENTHAL, D. M. (Ed.). *The Nature of mind*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 169-176.
- TEIXEIRA, João de Fernandes. *Mente, cérebro e cognição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- _____. *A mente pós-evolutiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Recebido / Received: 02/03/2015

Aprovado / Approved: 17/03/2015

